

## “ASSEGUANDO O SAGRADO”: por uma retomada do argumento religioso nos Estudos de Segurança Internacional\*

Tiago Rossi Marques\*\*

### Resumo

O presente artigo busca demonstrar criticamente os efeitos da secularização para os Estudos Internacionais e da Segurança, na medida em que argumenta favoravelmente quanto a retomada do argumento religioso para o campo. Introdutoriamente, o artigo apresenta um panorama crítico do secularismo para as Relações Internacionais e sua relação com o processo de isolamento do aspecto religioso para a área. Posteriormente, aborda os Estudos de Segurança Internacional e seu desenvolvimento acadêmico enquanto um aspecto do saber correlato aos Estudos Internacionais. Por fim, precedendo os devidos apontamentos finais, lida com a questão da secularização e da religião em seus desdobramentos para o subcampo da Segurança Internacional, avaliando o impacto e os limites do processo secularista para os Estudos de Segurança, além de apontar possíveis ganhos mediante a retomada do argumento religioso para a área em questão.

**Palavras-Chave:** Segurança Internacional – Religião – Secularização

### Abstract

This article seeks to critically demonstrate the effects of secularization for International and Security Studies, as it argues favorably for the resumption of the religious argument for the field. Introductory, the article presents a critical panorama of secularism for International Relations and its correlation with the process of isolation of the religious aspect for the field. Subsequently, it addresses International Security Studies and its academic development as an aspect of knowledge related to International Studies. Finally, preceding the final notes, it deals with the issue of secularization and religion in its consequences for the subfield of International Security, evaluating the impact and the limits of the secularist process for Security Studies, in addition to pointing out possible gains through resumption of the religious argument for the area in question.

**Keywords:** International Security – Religion – Secularization

### Resumen

Este artículo busca demostrar críticamente los efectos de la secularización para los estudios internacionales y de seguridad, ya que aboga favorablemente por la reanudación del argumento religioso para el campo. En la introducción, el artículo presenta un panorama crítico del secularismo para las Relaciones Internacionales y su correlación con el proceso de aislamiento del aspecto religioso para el área. Posteriormente, aborda los Estudios de Seguridad Internacional y su desarrollo académico como un aspecto del conocimiento relacionado con los Estudios Internacionales. Finalmente, antes de las notas finales, se aborda el tema de la secularización y la religión en sus consecuencias para el subcampo de Seguridad Internacional, evaluando el impacto y los límites del proceso secularista para los Estudios de Seguridad, además de señalar posibles avances a través de la reanudación del argumento religioso para el área en cuestión.

**Palabras claves:** Seguridad internacional – Religión – Secularización

TRABAJO RECIBIDO: 24/09/2021 TRABAJO ACEPTADO: 17/11/2021



Esta obra está bajo una licencia internacional <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

\* O uso do termo “Assegurando o Sagrado” remonta o termo utilizado por Robert M. Bosco (2014) em seu livro *Securing the Sacred: religion, national security, and the western state*.

\*\*Mestre em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas, Brasil). E-mail: [tiagorossimarques@yahoo.com.br](mailto:tiagorossimarques@yahoo.com.br)

## Introdução

O século XX, marcado por seus extremos (Hobsbawm, 1995), firmou-se como um período crucial para a configuração conjuntural contemporânea em todo o seu espectro. Do ponto de vista científico e academicista, foi igualmente determinante para a consolidação e desenvolvimento do campo das Relações Internacionais, sendo este erigido e delimitado mediante os “Grandes Debates” e disputas epistemológicas e metodológicas associados aos Estudos Internacionais (Jones, 2003).

Charles A. Jones (2003), em seu esforço descritivo e sumariado da própria estruturação da disciplina das Relações Internacionais, demonstrou o impacto sobre o campo daquilo que nomeou de “virada secular”<sup>1</sup> (p.372), sendo ela identificada em dois estágios: (1) o primeiro, ocorrido durante os períodos entre as décadas de cinquenta e sessenta do século passado, unida ao “segundo grande debate” nas RIs entre as correntes “Tradicionalistas” com sua proposta apriorística, historicista e normativa, e os “Behavioristas” (Cientificistas) mediante sua demanda pela adequação da disciplina ao método científico; (2) o segundo, próximo dos idos de 1970, viria associado às abordagens neorealistas e da teoria da escolha racional, promovendo no campo o que Kubálkova e Luoma-aho (2014) intitularam de uma “virada positivista”<sup>2</sup> (p.152).

Com o primeiro estágio iniciou-se um movimento de marginalização do argumento religioso para a formulação de análise e pesquisa internacional, bem como um posicionamento adverso crescente àquelas teorias de cunho normativo – as quais, importa dizer, possuíam maior grau de expressividade para o *mainstream* acadêmico no período anterior a década de 1950 –, sendo ambos movimentos consolidados a partir do segundo estágio décadas à frente. Com base nisso, as questões religiosas e metafísicas se tornariam cada vez mais correlacionadas aos nichos de pesquisa e a particularidades investigativas, sendo uma temática assessória recorrentemente afiliada aos estudos antropológicos e socioculturais das Humanidades (Jones, 2003; Thomas, 2005).

Nesta “Era Secular”<sup>3</sup>, como apontado por Reinhold Niebuhr (1952), o grande distintivo haveria de ser um ímpeto secularista que estaria em sintonia com os desdobramentos filosóficos para o campo do saber, tanto no final do século XVIII quanto no decorrer do século XIX. Um tipo de mentalidade modernista e humanista propagada no ocidente e que haveria desembocar no século XX.

Através desta cultura modernista, descreve Scott Thomas (2000), seria possível a identificação de um impulso dirigido ao fomento de uma abordagem que “reduz o mundo ao que pode ser percebido e controlado pela razão, pela ciência, pela tecnologia e pela racionalidade burocrática. Deixa de lado as considerações sobre o religioso, o espiritual ou o sagrado” (p.815), seguindo um curso de ação até sua exaustão no final do século XX, o “último século moderno”<sup>4</sup> (Thomas, 2000, p.816), e o início do XXI.

Por conseguinte, olhar em direção aos desdobramentos históricos do estudo da política global, possibilitaria a identificação dos efeitos deste enquadramento conjuntural moderno sobre a própria concepção e estruturação do campo no decorrer da história. Ao longo de sua existência, assevera Robert M. Bosco (2014), houve um predomínio nos estudos da política global daquela pressuposição de que a política internacional estaria unida a “alta política” (*high politics*). Isso implicaria dizer que este seria o campo em que grandes potências, assim identificadas por intermédio de suas capacidades em termos materiais, estariam em um contexto propício para a competição entre si, mantendo o foco tanto nas questões de segurança quanto de sobrevivência. Em um ambiente sob tal perspectiva, o aspecto religioso seria mais

<sup>1</sup> Secular turn

<sup>2</sup> Positivist turn

<sup>3</sup> Secular Age

<sup>4</sup> The Last Modern Century.

costumeiramente assumido como matéria de influência sobre os formuladores de política, meio de controle e de acirramento de conflitos, ou ainda, seria elemento constitutivo da dinâmica humana no globo causador de um retardo no processo de progressão social e avanço em direção ao sonho modernista.

Em termos gerais, tanto o aspecto religioso quanto os atores religiosos não demonstrariam predominância entre as grandes áreas temáticas de interesse em análise e pesquisa na política internacional. Assim se daria por efeito deste processo histórico, paulatino e moderno de “exílio” da religião da vida pública e comum, o que Charles Taylor<sup>5</sup> também nomeou de “uma era secular”, o que incluiria aqui a abolição da crença religiosa como partícipe majoritário das relações interestatais.

Bosco (2014) argumenta em favor de um movimento de secularização no campo da política internacional, cujas origens poderiam ser demarcadas em conexão ao surgimento dos Estados modernos a partir de Vestfália. Um processo que compreendia a religião como força motriz das guerras, associando-a ao ímpeto de conquista e aos atos de intervenção em uma Europa moderna que buscava se desvencilhar desse aspecto religioso mediante ilustração. Com a criação dos Estados modernos e o avanço do espírito modernista secularizado no mundo ocidental, a religião que outrora teria sido co-construtora e participante das dinâmicas e dos dramas políticos e sociais no globo de maneira central, agora seria deslocada do internacional para o nacional com o advento do Estado-nação (Bosco, 2014).

Reforçada pelas teorias de secularização<sup>6</sup> provenientes do campo das Ciências Humanas e Sociais no decorrer do século 20, a “narrativa Vestfaliana” encontraria espaço como senso comum em meio ao campo de estudos e pesquisa em Política Internacional (Philpott, 2002). Tal “Presunção Vestfaliana”<sup>7</sup> estaria neste secularismo aplicado ao campo das RIs e suas disciplinas, em que “[...] o pluralismo religioso e cultural não pode[ria] ser acomodado na sociedade internacional, mas teve de ser privatizado, marginalizado ou até mesmo superado - por uma ética do cosmopolitismo – para haver uma ordem internacional” (Thomas, 2000, p. 815).

Carl Schmitt, já nos idos de 1922, apontava para a supremacia da ideia de secularização aplicada às teorias modernas de Estado e de soberania. Para Schmitt (2005) estas teorias, ao menos aquelas de maior relevância, ao estabelecerem suas bases teórico-conceituais necessariamente o faziam mediante “conceitos teológicos secularizados, não apenas por causa

---

<sup>5</sup> Para Taylor (2010) esta “era secular” seria marcada pela saída da religião dos espaços públicos, com a convicção de que crer em Deus não seria um axioma, tendo uma disposição profundamente crítica e contrária aos preconceitos e julgamentos tradicionais. Nesse sentido, não se nega a existência da religião, tão pouco o fato do ser humano ser um ente voltado para a relação com o transcendente. Antes, a modernidade estabelece um tipo de espiritualidade individual, particular, com ênfase no sujeito. A crença na existência do divino e a relação da fé com a existência se torna, na modernidade, uma perspectiva em concorrência com as demais possibilidades de compreensão da vida. Para uma análise extensa da obra de Taylor (2010) e de uma proposta de retomada da perspectiva religiosa na experiência pública e social, ver Smith (2021).

<sup>6</sup> É salutar a compreensão do que Mônica Wohlrab-Sahr e Marian Burchardt (2017, p.150-151) intitularam de *secularidades múltiplas*. Este conceito busca descrever o caráter distintivo entre (i) Secularização, (ii) Secularidade e (iii) Secularismo, e que exige a não confusão entre estes. (i) Secularização tem seu uso principal em modelos de processos sociológicos, abarcando a diferenciação funciona, o declínio religioso, inclusive frente aos outros domínios da sociedade, e a privação da prática religiosa. (ii) Secularismo irá referir-se àqueles arranjos institucionais quanto a separação entre religião e política/Estado, unidos às suas respectivas justificativas ideológicas. (iii) A Secularidade, por seu turno, diria a respeito às diferenciações culturais e simbólicas, bem como os arranjos institucionais na diferenciação entre a religião e as demais esferas da sociedade. Assim, nota-se que a (iii) secularidade é mais inclusive e menos hostil à religião do que os demais conceitos. Ainda que englobe em si as formas de distinção entre o que é religioso e não-religioso, reconhece a esfera religiosa dentre as demais esferas de domínio sociais.

<sup>7</sup> Westphalian presumption

de seu desenvolvimento histórico - no qual eles foram transferidos da teologia para a teoria do estado [...] – mas também por causa de sua estrutura sistemática [...]”(p. 36).

Nesse sentido, o ímpeto secularista vestfaliano promoveria este sistema de estados secularmente confessionais que desencadearia um processo de migração da ideia do sagrado (Bossy, 1985). Nesta configuração secularizada, um novo soberano surgiria trazendo consigo o domínio sobre seus devotos e séquitos nacionais, “a geração do grande Leviatã, ou, antes (para usarmos termos mais reverentes) daquele deus mortal a quem devemos, abaixo do Deus imortal, nossa paz e defesa”, a saber, o Estado soberano (Hobbes, 2012, p.140).

Isto reverbera o que Philip S. Gorski e Gülay Türkmen-Derivoğlu (2013), no uso das análises de Anthony Smith (1998) e William Cavanaugh (2009), têm identificado como os “dois mitos”<sup>8</sup> (p.136), a partir dos quais se projeta um tipo muito próprio de obscurantismo sobre as relações entre religião, nacionalismo e segurança. O (1) primeiro, intitulado por Smith (1998) de “a teoria modernista do nacionalismo”<sup>9</sup> (p.142), seria o mito de que o advento do nacionalismo, enquanto um fenômeno moderno, seria aquele capaz de prover uma alternativa para o fomento da integração das sociedades secularizadas, diante da marginalização, retração e privatização da religião. Já o (2) segundo, alcunhado por Cavanaugh (2009) de “o mito da violência religiosa”<sup>10</sup> (p.3-14), faz da religião fonte perpétua de violência e do secularismo um manancial de paz e integração. Neste caso, a vida de paz e tranquilidade seria alcançada mediante a privatização da religião e a secularização do espaço público, assegurados em inteireza e unidade pelo nacionalismo.

A incidência das teses de secularização e do modernismo sobre o campo das RIs e suas muitas disciplinas, trouxeram consigo uma tendência antitética à matéria da religião aplicada aos Estudos Internacionais e seus subcampos. Instaurou-se, a partir de um período, uma compreensão de que a religião ocuparia uma posição periférica em um campo que deveria ser entendido “como se tratasse de um espaço [secularmente] autônomo que não é fundamentalmente perturbado por sua presença” (Petito e Hatzopoulos, 2003, p.14).

Portanto, o indicativo aqui seria de que seus efeitos igualmente poderiam ser identificados na área de Estudos de Segurança Internacional, para a qual a análise a partir daqui se volta. Primeiramente, ocupar-se-á com o desenvolvimento do subcampo da Segurança Internacional em seus aspectos teóricos e analítico, para então lidar com a relação entre religião e secularização a ele aplicada.

## 1- Os Estudos de Segurança Internacional e seu desenvolvimento acadêmico

O subcampo dos Estudos de Segurança (ES), até o início da Guerra Fria, manteve seu foco de análise e pesquisa majoritariamente voltados para a matéria da guerra, da estratégia, da política militar e áreas afins (Baldwin, 1995; 1997). Neste período, as teorias em Relações Internacionais, bem como a própria matéria da “segurança” na Política Internacional, permaneciam sobre o predomínio daquelas “abordagens tradicionais” cujo foco analítico versava sobre os Estados como atores principais, bem como as relações estabelecidas entre eles (Collins, 2007). Seguiram a tendência de lidar com as temáticas de política externa sob a preferência dos temas da ordem, da estabilidade e da segurança, sendo posteriormente influenciadas pelo cientificismo presente no campo, concentrando em uma política de estado a partir de critérios objetivo e mensuráveis para lidar com as análises do fenômeno político (Morgenthau, 2003; Niebuhr, 1932; Waltz, 2004; Freire, 2016).

Ao longo do século passado, seria possível a constatação de desafios que questionariam estas abordagens tradicionais e seus pressupostos, fazendo com que o subcampo dos Estudos de

---

<sup>8</sup> Two Myths

<sup>9</sup> Modernist theory of nationalism.

<sup>10</sup> The myth of religious violence

Segurança produziu novas perspectivas e teorias de segurança. Os anos de 1960 a 1980 demonstrariam a demanda por ir além dos temas de interesse e dos níveis de análise das leituras tradicionais, na medida em que eram incorporados no conceito de segurança temáticas como os dilemas ambientais, as preocupações com o bem-estar subjetivo de cidadãos no nível do indivíduo, além de lidar com questões comunitárias no nível supranacional (Buzan, Waever e Wilde, 1998).

À vista disso, abriu-se espaço para que as análises produzidas em Segurança Internacional viessem a transcender o *status quo* de visão estreita e tradicionalista unida à militarização, às dinâmicas de guerra e competição em um ambiente anárquico, bem como aos assuntos de defesa focados no ator estatal. Isto desembocaria na ampliação da agenda de segurança interligada ao período de declínio e fim da Guerra Fria. Além das questões ambientais, individuais e comunitárias, uma agenda ampla de segurança, de amplo espectro e nível analítico, estava sendo delineada na medida em que se incorporavam os demais setores econômicos, ambientais, sociais e políticos para além do militarismo –um processo, é necessário dizer, não simples, permeado de não consensualidade e de críticas a esta reformulação de agenda devido ao suposto impacto para a desestabilização dos Estudos de Segurança enquanto um subcampo coerente (Buzan *et al.* 1998; Freire, 2016; Sheehan, 2005; Ullman, 1983; Walt 1991).

Barry Buzan e Lene Hansen (2009) reconhecem nesse movimento uma “evolução” do subcampo dos Estudos de Segurança Internacional, “identificando uma ramificação de concepções amplamente centradas no Estado, político-militares e estreitas do assunto para um conjunto muito mais diversificado de entendimento, os quais estão muitas vezes em contestação uns com os outros” (p.39). Sugerem, para tanto, a existência de cinco forças motrizes centrais por detrás desse processo, sendo elas a “política de Grandes Potências, tecnologia, eventos-chave, dinâmica interna dos debates acadêmicos e institucionalização” (p.39). Portanto, os Estudos de Segurança seguiriam tendo a ampliação e complexificação tanto de suas abordagens teóricas para além daquelas tradicionais, quanto também de seus conceitos-chave e instituições (Williams, 2013).

Na esteira dos debates acadêmicos, leituras diversificadas produziram novos entendimentos e tratativas questionadoras dos aportes normativos e filosóficos das abordagens vigentes. À título de exemplificação, e para se nomear algumas destas, temos:

Os Estudos de Paz introduziam conceitos-chave de pesquisa para além das linhas preliminares de estudos em violência e paz, distanciando-se do trato positivista nesta matéria, firmando um compromisso normativo com a não-violência, incluindo e expandindo seu campo de análise mediante a introdução de novos conceitos como “violência estrutural” e “violência cultural” (Galtung, 1969; 1990; 1996). O Construtivismo, em sua forma variada, apoiou-se no papel dos fatores ideacionais e das construções sociais da política internacional, lançando sobre a Segurança Internacional leituras mais abrangentes a partir da teoria social e das relações co-construtoras – com exceção da Escola de Copenhagen no uso “atos de discurso” para suas análises e desenvolvimento do seu quadro conceitual de Securitização; e do Pós-estruturalismo que se distancia de tradicionalistas oferecendo perspectivas significativas como, por exemplo, na relação dicotômica entre nacional-internacional, no tocante ao caráter discursivo do conceito de segurança, e dos caminhos e formas para a securitização (Buzan *et al.* 1998; Hansen, 1997; Hopf, 1998; Wendt, 1992).

Ademais, a Teoria Crítica, em seu enquadramento Gramsciano e Frankfurtiano, trouxe consigo a contestação da ideia de segurança, tratando-a como um conceito derivativo e contestável, que em suas formulações tradicionais trariam consigo a defesa de uma forma de ordem em detrimento de leituras alternativas e emancipatórias propostas pelos teóricos críticos, além de novos arranjos políticos que impulsionaram o questionamento do ordenamento vigente juntamente ao desejo emancipatório (Booth, 2005; 2007; Smith, 2005). As perspectivas Feministas trouxeram consigo uma série de questionamentos para a temática da segurança, incluindo o esforço analítico sobre o impacto do conflito armado sobre a mulher, o papel e as

formas pelas quais a mulher apresenta-se como um ator nos assuntos de segurança, paz e guerra, além de ressaltar as questões de gênero na ótica da Segurança Internacional (Naraghi-Anderlini, 2007; Shepherd, 2008; Whitworth, 2004). Por seu turno, a teoria pós-colonial, em seu espectro diversificado de análise e em sobreposição ao construtivismo crítico, demonstrou a demanda por um conceito e uma moldura analítica em Segurança Internacional que levasse em conta a singularidade terceiro-mundista, o impacto da visão de mundo eurocentrista e da mentalidade ocidental no subcampo dos Estudos de Segurança, isso em uma ordem mundial neoliberal enquanto o espaço de lutas ideológicas e materiais de agentes históricos (Barkawie y Laffey, 2006; Zaamout, 2020).

Buzan *et al.* (1998) propuseram um caminho de aprofundamento e de integração para o Estudo de Segurança, assim fazendo ao fornecerem uma visão para o subcampo a partir da ideia de “Securitização” – um “[...] processo pelo qual uma questão politizada é construída como uma emergência e levada ‘além das regras estabelecidas do jogo’ [...], para o reino da exceção” (Freire, 2019, p.233). Um conceito que trouxe consigo uma “estrutura de análise teórica multisetorial” (Freire, 2019, p. 234), o qual haveria de ser organizado por Buzan e Little (2000) de maneira a propor cinco concentrações setoriais para a matéria da securitização: militar, político, econômico, social e ambiental. Será neste “setor social” de securitização que a religião, juntamente com as relações culturais e sociais, a linguagem, a cultura, a identidade nacional, o costume e a tecnologia serão assumidos enquanto “dispositivo[s] puramente analítico[s]” (Buzan *et al.* 1998, p.168).

Contudo, nos cabe aqui averiguar a respeito de como se deu a relação estabelecida entre o subcampo dos Estudos de Segurança e a religião, tendo, para tanto, em vista seu contexto fortemente influenciado pelas teses de secularização e de seus efeitos, os quais, como anteriormente afirmado, versam sobre o campo das Relações Internacionais, incluindo suas áreas correlatas, das quais a matéria da Segurança Internacional é constituinte.

## **2- Religião, Secularização e o subcampo dos Estudos de Segurança Internacional**

Gutkowski (2013) aponta para o fato de que mesmo sendo possível notar a influência do pensamento religioso sobre os Estudos Internacionais e de Segurança, principalmente em suas formulações associadas às linhas de pensamento mais preliminares e tradicionais do campo, como o Realismo e a Escola Inglesa, a história da teoria das Relações Internacionais teria sido majoritariamente desenvolvida sob a influência das teorias de secularização.

Parte desta realidade, afirma Moria Bar-Maoz (2016), repousaria sobre a ideia de que “[...] o pensamento de segurança na era moderna está fortemente impregnado de presunções sobre a virtude da secularidade em detrimento da religiosidade” (p.2). Deste modo, Bar-Maoz (2016, p.2) afirma:

Esta parcialidade pelo secularismo embutido no conceito moderno de segurança é uma prática de segurança própria, assumida porque creu-se nesta interpretação secularista específica de segurança para enfrentar os maiores desafios de segurança [...].

Assim ocorrera em dois períodos distintos associado ao Iluminismo: o primeiro, correlato aos séculos XVIII e XIX; o segundo, referente a instauração do pensamento político enquanto um saber científico no pós-Segunda Guerra.

Na gênese do viés secularista e moderno dos Estudos de Segurança, residiriam quatro grandes pressupostos capazes de unir secularidade e segurança (Bar-Maoz, 2016).

Primeiro, aquilo que William T. Cavanaugh (2009) intitulou de “O mito da violência religiosa” (p.17), o qual compreenderia a religião como intrinsecamente inclinada à violência devido ao seu ímpeto divisionista, sua natureza absolutista e sua racionalidade insuficiente.

Segundo, o que Scott Thomas (2000) nomeou de a “Presunção Vestfaliana”<sup>11</sup>, onde se compreende não haver espaço para a pluralidade religiosa no domínio público, intra e supranacional, uma vez que a religião seria assumida de forma equivalente a insegurança. Isto inviabilizaria a própria lógica de ordem internacional caso não houvesse a privatização e a domesticação do aspecto religioso, bem como a separação entre Igreja e Estado, para a garantia de um sistema estatal pacífico – algo supostamente conquistado pela ordem pós os eventos de Vestfaliana. Terceiro, a hipótese de que o funcionamento de democracias liberais repousaria sobre alguma forma de secularismo; e, em quarto lugar, a própria teoria da secularização com sua prédica de que o aumento da modernização provocaria, necessariamente, a derrocada da crença religiosa (Bar-Maoz, 2016).

A justaposição destes quatro pressupostos e sua operosidade no desenvolvimento dos Estudos Internacionais e de Segurança Internacional, trouxeram a consolidação do secularismo como um conjunto de saberes no trato com a própria matéria da política e da segurança, além de uma chave hermenêutica na tarefa de interpretação e compreensão do campo de estudos das Relações Internacionais e o subcampo dos Estudos de Segurança. A narrativa secularista providenciou meios para que houvesse um revisionismo histórico do papel do aspecto religioso de maneira a isolá-lo e o securitizar. Nesse sentido, afirma Bar-Maoz (2016, p.10) que:

Tomando emprestada a terminologia da teoria da securitização desenvolvida por Barry Buzan e a Escola de Copenhague, a construção dessas narrativas históricas foi um ato de fala usado por agentes (líderes políticos e intelectuais europeus do século 19) para articular uma suposta ameaça (religião) a um objeto referente que implica uma reivindicação de sobrevivência (um conceito de segurança que necessita da secularização do espaço público como a única forma de garantir estabilidade).

A lógica por detrás do argumento seria a de que segurança e a não-violência, essencialmente, demandariam a secularização. Nesse sentido, a publicização da religião traria consigo desordem interna e internacional, ao passo que a segurança pressuporia a privatização do aspecto religioso, fazendo com que houvesse uma associação direta entre segurança e secularização (Mavelli, 2011). Isto trouxe consigo a transformação da própria natureza da segurança e da política em torno da violência, além de acarretar mudanças significativas na produção e aplicação dos conhecimentos e saberes inerentes ao campo, uma vez que o segura haveria de ser o secular. Logo, um conceito secularista de segurança, que daria o aporte ideacionário para o Estado-nação, comunicaria esta noção de que religião significaria insegurança, seja em termos nacionais, internacionais ou mundiais. Deste modo, a segurança poderá ser possível em espaços secularizados onde o poder político não somente segue sendo matéria de estado como é separado da religião (Bar-Maoz, 2016; Mavelli, 2011).

Neste trato acadêmico para com os estudos de segurança, como argumenta Joseph Camilleri (2012), a religião, por conseguinte, tem sido majoritariamente abordada em termos de conflito ou das manifestações violentas pautadas nas causas religiosas. Mesmo com o fim da Guerra Fria, com a prevalência das ideologias liberais no início do século XXI, com o surgimento de teorias críticas pós-modernistas e pós-secularistas, e os eventos do pós-onze de setembro que trouxeram novamente para o foco de análise o aspecto religioso, sua relação com a produção intelectual em segurança ainda permanece influenciada sobre a metanarrativa secularista.

---

<sup>11</sup> Westphalian Presumption

Assim sendo, Bar-Maoz (2016, p.13) chega ao ponto de argumentar que:

[...] na estrutura da metanarrativa secularista, o impacto de 11 de setembro de 2001 sobre o pensamento de segurança é igual ao das Guerras de Religião, na medida em que “remarcou” a religião como uma ameaça real às potências da época. A religião ressurgiu como parte de um dilema de segurança de importância global, ao qual os líderes políticos parecem incapazes de responder, e os acadêmicos, de teorizar.

Isto implicaria em que o subcampo dos Estudos de Segurança terá que lidar, primeiramente, com os desajustamentos associados aos termos de “secularismo” e “secular” para, então, tratar das questões concernentes aonexo segurança-religião. O domínio dos conceitos e sua aplicabilidade adequada são fundamentais para a manutenção dos padrões acadêmicos e científicos esperados na abordagem do tema (Bar-Maoz, 2016).

Em vista disso, é mister para qualquer análise associada a este nexoo, buscar o trato analítico a partir de um nível de análise que considere o espaço intermediário entre as expressões de poder secular, como o Estado, e as sociedades religiosas. Neste nível de análise seria possível lidar com as diferenças entre o Ocidente e o universo muçulmano, por exemplo, pois esta lacuna existente entre ambos mais se dá na categoria entre religião e política do que na categoria religião e estado – algo perceptível, em menor grau, em nações ocidentais grandemente seculares que, paulatinamente, observam o aumento da pressão religiosa tanto na forma de ações políticas quanto de discursos. Ademais, a compreensão da religião enquanto instituição social possibilitaria o uso de uma categoria de análise válida para lidar com o levante político e cultural muçulmano na Europa, dado o aumento dos movimentos migratórios na região, além da demanda por conceitos e teorias que possibilitem a medição de seu impacto sobre as questões de segurança hoje e no futuro (Bar-Maoz, 2016).

Por fim, novas abordagens, como a Dessecularização/Des-secularização (Berger, 1999; Hurd, 2017) e o Pós-secularismo (Mavelli e Petito, 2012) têm sido utilizadas em contraposição as teses de secularização, na medida em que tanto apontam para o desuso das categorias de análise desenvolvidas a partir da noção do “secular”, quanto a validade e importância do aspecto religioso e os atores religiosos para uma análise mais adequada voltada aos Estudos Internacionais e à Segurança Internacional. Estas vertentes se posicionam antiteticamente a esta mentalidade secularizada, culminando na retomada da religião como variável central para as análises e as pesquisas no campo. A teoria que daqui surge estabelece uma contundente crítica embasada na ideia de que os valores associados a democracia, a igualdade, a justiça, a segurança, a liberdade não serão buscadas de uma forma mais adequada a partir de um enquadramento teórico secular que desconsidera o religioso. Antes, e invertendo a crítica anteriormente mencionada, o ambiente arenoso e hostil da secularidade poderá ser justamente aquele que se apresenta como o *locus* em potencial para a promoção do isolamento, da violência, da dominação e da exclusão. Haveria, portanto, a compreensão tácita aqui seria a da dimensão política do religioso, capaz de promover uma “teologia política”, já que este nexoo e a relação entre ambos seria um derivativo próprio das circunstâncias políticas, com implicações diretas e indiretas para a matéria da segurança. (Bar-Maoz, 2016; Mavelli e Petito, 2012).

## Conclusões

A despeito do regresso da religião no pós-Guerra Fria, impulsionada pelos eventos pós-11/09, e dos possíveis efeitos de recrudescimento do embate secular-religioso por conta dessa retomada (Hurd, 2017), é necessário a compreensão do impacto das teses e dos processos de

secularização para o campo das RIs e o subcampo dos Estudos de Segurança, em conjunto com teorias capazes de lançarem luz sobre esta questão.

Longe de trazer soluções simplistas para a problemática aqui levantada, tais tratativas permitirão, no entanto, (a) a devida compreensão quanto ao esvaziamento do aspecto religioso em sua abrangência e o impacto disto para o trato com o político, o religioso e a segurança; (b) o entendimento de como as teses secularistas viabilizam a legitimação de certas ideologias políticas em detrimento de outras; (c) de que a restauração da religião é um processo que possui implicações epistemológicas e metodológicas, e que permitem abertura para as abordagens teórico-normativas aplicadas aos Estudos Internacionais e de Segurança – como nas implicações da religião e do ator religioso nos processos de “peacebuilding”, “peacemaking” e “peacekeeping” (Michael e Petito, 2009); (d) e, por fim, a maior abertura para as análises neste nexos segurança-religião produzidas pelos paradigmas mais marginais do campo, os quais trazem consigo grande potencial de interdisciplinaridade e multidisciplinariedade como o pós-colonialismo, o pós-estruturalismo, a teoria crítica de segurança e aquelas influenciadas pelas teorias sociais e de linguagem.

### Referências Bibliográficas

- Baldwin, D.A. (1995). Security Studies and the End of the Cold War. *World Politics*, 48(1), pp.117–126
- Baldwin, D.A. (1997). The Concept of Security. *Review of International Studies*, 23(1), pp.5–26.
- Bar-Maoz, M. (2016). The secularity of security: The secularist bias of modern security-studies and its impact on international relations. *CEEISA-ISA Joint International Conference*, Ljubljana, Slovenia.
- Barkawi, T. y Laffey, M. (2006). The postcolonial moment in security studies. *Review of International Studies*, 32(2), pp. 329-352.
- Berger, P. L. (1999). *The Desecularization of the World: Resurgent Religion and World Politics*. Grand Rapids, US: William B. Eerdmans.
- Booth, K. (2005). *Critical Security Studies and World Politics*. Boulder, US: Lynne Rienner.
- Booth, Ken. (2007). *Theory of World Security*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Bosco, R. M. (2014). *Securing the Sacred: religion, national security, and the western state*. Ann Arbor, US: The University of Michigan Press.
- Bossy, J. (1985). *Christianity in the West: 1400-1700*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Buzan, B. and Hansen, L. (2009). *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Buzan, B e Little, R. (2000). *International Systems in World History: Remaking the Study of International Relations*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Buzan, B., Waeber, O and Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder, US: Lynne Rienner.
- Camilleri, J A. (2012). Postsecularist discourse in an ‘age of transition’. *Review of International Studies*, 38(5), pp.1019-1039.
- Cavanaugh, W. T. (2009). *The Myth of Religious Violence: Secular Ideology and the Roots of Modern Conflict*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Collins, A. (2007). *Contemporary Security Studies*. Oxford, UK: Oxford University Press.

- Freire, L. G. (2016). "Security Studies: Towards a Reformational Approach." *Philosophia Reformata*, 81(1): 1-13. <https://doi.org/10.1163/23528230-08101001>
- Freire, L. G. (2019). Security Studies: Towards a Reformational Approach. En: Polinder, Simon and Buijs, Govert (Eds.), *Christian Faith, philosophy & international relations: the lamb and the wolf* (pp. 228-239). Leiden, Netherlands: Brill.
- Galtung, J. (1969). Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, 6(3), pp. 167-91.
- Galtung, J. (1990). Cultural violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), pp. 291-305.
- Galtung, J. (1996). *Peace by Peaceful Means: Peace, Conflict, Development and Civilization*. London, UK: SAGE and PRIO.
- Gorski, P. S. and Türkmen-Derivoğlu, G. (2013). Religion, Nationalism, and International Security: Creation Myths and Social Mechanisms. En: Seiple, C. And Hoover, D. R. and Otis, P.(Eds.) *The Routledge Handbook of Religion and Security* (pp. 136-147). New York, US and London, UK: Routledge.
- Gutkowski, S. (2013). Religion and Security in International Relations Theories. En: Seiple, C. and Hoover, D. R. and OTIS, P. (Eds.) *The Routledge Handbook of Religion and Security* (pp. 125-135). New York, US and London, UK: Routledge.
- Hansen, L. (1997). A Case for Seduction? Evaluating the Poststructuralist Conceptualization of Security. *Cooperation and Conflict*, 32(4), pp. 369-397.
- Hobbes, T. (2012). *Leviatã: ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Brasil: Editora Martin Claret.
- Hobsbawm, E. J. (1995). *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras
- Hopf, T. (1998). The Promise of Constructivism in International Relations Theory. *International Security*, 23(1), pp.171-200.
- Hurd, E. S. (2017). Narratives of de-secularization in international relations. *Intellectual History Review*, 27:1, pp. 97-113.
- Jones, C. A. (2003). Christian Realism and the Foundations of The English School. *SAGE Publications*, 17(3), pp. 371–387.
- Kubálkova, V. and Luoma-aho, M. (2014). "Religion and Realist tradition of International Relations in a constructed world." En: TROY, J (comp), *Religion and the Realist Tradition: From Political Theology to International Relations theory and back*. (pp.146-163). London: Routledge.
- Mavelli, L. (2011). Security and secularization in International Relations. *European Journal of International Relations*, 18(1), pp. 177-199.
- Mavelli, L. and Petite, F. (2012). The postsecular in International Relations: an overview. *Review of International Studies*, 38(1), pp. 931-942.
- Michael, M.S. and Petite, Fabio. (2009). *Civilizational Dialogue and World Order: The Other Politics of Cultures, Religions, and Civilizations in International Relations*. New York, US: Palgrave Macmillan.
- Morgenthau, H. J. (2003). *A Política entre as Nações: A Luta pelo Poder e pela Paz.*, São Paulo, Brasil: Editora UNB.
- Naraghi-Anderlini, S. (2007). *Women Building Peace: What They Do, why it Matters*. Boulder, US: Lynne Rienner Publishers.
- Niebuhr, R. (1952). *Christianity and Power Politics*. New York, US: Charles Scribner's Son.

- Niebuhr, R. (1932). *Moral Man and Immoral Society: A Study in Ethics and Politics*. New York, US: Charles Scribner's Sons.
- Petito, F; y Hatzopoulos, P. (2003). *Religion in International Relations: The Return from Exile*. New York, US: Palgrave Macmillan.
- Philpott, D. (2002). The Challenge of September 11 to Secularism in International Relations. *World Politics*, 55(1), pp. 66–95.
- Schmitt, Carl. (2005). *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. Chicago, US: University of Chicago.
- Seiple, Chris and Hoover, Dennis R. and Otis, Pauletta. (2013). *The Routledge Handbook of Religion and Security*. New York, US and London, UK: Routledge.
- Sheehan, M. (2005). *International Security: An Analytical Survey*. Boulder, US: Lynne Rienner.
- Shepherd, L. J. (2008). *Gender, Violence and Security*. London, UK: Zed Books Ltd.
- Shepherd, Laura J. (2015). *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations*. New York, US and London, UK: Routledge.
- Smith, A.D. (1998). *Nationalism and Modernism: A Critical Survey of Recent Theories of Nations and Nationalism*. New York, US and London, UK: Routledge.
- Smith, J. K. A. (2021). *Como (não) ser secular: Lendo Charles Taylor*. Brasília, DF: Editora Monergismo.
- Smith, S. (2005). The contested concept of security. En: Booth, K.(Ed.) *Critical Security Studies and World Politics* (pp. 27-62). Boulder, US: Lynne Rienner.
- Taylor, C. (2010). *Uma era secular*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS.
- Thomas, S M. (2000). “Taking Religion and Cultural Pluralism Seriously: The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Society.” *Millennium*, 29(3): 815-841. <https://doi.org/10.1177/03058298000290030401> .
- Thomas, S. M. (2005). *The Global Resurgence of Religion and the Transformation of International Relations: The Struggle for the Soul of the Twenty-first Century*. New York, US: Palgrave
- Ullman, R. (1983). Redefining Security. *International Security*, 8 (1), pp. 129–153.
- Walt, S. M. (1991). The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, 35(2), pp. 211-239.
- Waltz, K. N. (2004). *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Wendt, A. (1992). Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46(2), pp. 391-425.
- Whitworth, S. (2004). *Men, Militarism, and UN Peacekeeping: A Gendered Analysis*. Boulder, US: Lynne Rienner.
- Williams, P. D. (2013). *Security Studies: An Introduction*. New York, US and London, UK: Routledge.
- Wohlrab-Sahr, M. e Burchardt, M. (2017). Revisitando o secular: secularidades múltiplas e trajetórias para a modernidade. *Política& Sociedade*, 16(36), pp. 143-173. Doi: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n36p143>
- Zaamout, N. M. (2020). Post-colonialism and Security. In: Romaniuk, S.; Thapa, M.; MARTON, P. (eds) *The Palgrave Encyclopedia of Global Security Studies* (pp. 1-5). London, UK: Palgrave Macmillan.